



SOLICITAÇÃO DE DECISÃO DA AUTORIDADE SUPERIOR

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2017.

PREGOEIRO: EDER SCHLOSSER DA SILVA.

EMPRESA RECORRENTE: AIRTON KERBES ME.

CONTRARRAZÕES: INSTITUTO EXCELENCIA LTDA ME; ACESSE CONCURSOS LTDA.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COM A ELABORAÇÃO, IMPRESSÃO E APLICAÇÃO DE PROVAS PARA O PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS, DE NÍVEL SUPERIOR, MÉDIO, FUNDAMENTAL E ALFABETIZADO, DO QUADRO DE PESSOAL DA PREFEITURA DE MODELO, DAS VAGAS DISPONÍVEIS OU CARGOS CRIADOS APÓS HOMOLOGAÇÃO DO REFERIDO CONCURSO, CONFORME SOLICITAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS.

I – DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

A manifestação e motivação da intenção em recorrer foram registradas pela recorrente na própria sessão pública do Pregão em referência e registrada na Ata nº 047/2017, sendo-lhe concedido o prazo de 05 dias úteis para apresentação da fundamentação das suas alegações, e igual prazo concedido aos demais licitantes para a apresentação das contrarrazões, a partir do término do prazo da recorrente, caso entendessem necessário. Dentro do prazo legal foram apresentadas as razões e as contrarrazões, portanto, tempestivas.

II - DAS RAZÕES APRESENTADAS PELA RECORRENTE

A empresa recorrente AIRTON KERBES ME alega que não merecia prosperar o resultado deste certame, que declarou como vencedora a empresa INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA ME, pelos seguintes motivos *ipsis literis*:

“Dentre os princípios que regem a atuação da administração merece destaque o da legalidade, segundo o qual o certame deve ser conduzido de modo a observar



a legislação a qual se acha vinculado, não ficando ao alvedrio da comissão de licitação dispensar requisito legal a pretexto da melhor vantagem econômica.

Isto porque, conforme já reconheceu a jurisprudência, a maior garantia de proteção ao interesse público é a observância à estrita legalidade, princípio que deve ser respeitado em casos como este em detrimento da economicidade.

Dito isso, tem-se que regulamentando o procedimento da licitação foi editada a Lei 8.666/93, onde encontra-se regramento relativo à situação analisada no presente caso, merecendo relevo as disposições contidas no art. 48, II, vejamos:

Art. 48. Serão desclassifica das: (..)

*11 - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.
(Redação dada pela Lei nU 8.883, de 1994)*

Dá leitura do dispositivo, extrai-se a necessidade de desclassificação das propostas de preços inexequíveis, assim considerados aquelas manifestamente insuficientes para cobrir os custos decorrentes da prestação do serviço licitado.

Mais adiante, o parágrafo 1º, do art. 48, estabelece parâmetros para que a administração possa julgar a exequibilidade ou não da proposta apresentada:

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso 11 deste artigo consideram-se manifestamente inexequíveis. no caso de licitações de menor preço para obras e serviços de engenharia, as



propostas cujos valores sejam inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: (Incluído pela Lei n° 9.648, de 1998)

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou (Incluído pela Lei n° 9.648, de 1998)

b) valor orçado pela administração.

Assim, de acordo com expressa previsão legal, serão consideradas manifestamente inexequíveis, propostas inferiores a 70% do valor orçado pela administração ou da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% do valor orçado, nitidamente o que ocorre no caso, onde as propostas apresentadas pelas licitantes participantes da etapa de lances verbais mostram-se impraticáveis.

Ora, no caso dos autos, é necessário que se reconheça a inexequibilidade das propostas apresentadas, impondo-se a sua desclassificação, a fim de preservar a administração pública contra possíveis/prováveis prejuízos decorrentes do descumprimento do contrato, ou mesmo da redução na qualidade dos serviços.

Conforme, ensina o professor Joel de Menezes Niebhur (2005), citado pela Dra. Greicy Kelly Mognon (2015)¹ "a admissão de propostas inexequíveis pode ser desastrosa para a Administração e ao invés de trazer vantagens, impõe à ela prejuízos como obras mal estruturadas, objetos imprestáveis, reparações, manutenções, além de novos, demorados e onerosos processos licitatórios".

Em casos como o presente, aliás, em recente e elucidativa manifestação, assim já decidiu o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul:

*APELAÇÃO-CÍVEL. REEXAME NECESSÁRIO.
DIREITO
ADMINISTRATIVO. MANDADO DE
SEGURANÇA. LICITAÇÃO.
TOMADA DE PREÇOS. CONTRATAÇÃO DE
EMPRESA PARA
REVISÃO DO PLANO MUNICIPAL DE*



SANEAMENTO BASICO DE
CANDELARIA. DESCLASSIFICAÇÃO DE
LICITANTE POR
INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA. (...). O
Magistrado a quo
indicou os motivos que lhe formaram o
convencimento, identificando
que o caso estaria atrelado ao princípio da
estrita legalidade, com
prevalência da presunção da
inexequibilidade da proposta que não
atenderia ao disposto na Lei de licitações.
Nulidade da sentença
inexistente. 2. Existindo previsão legal
delimitadora dos valores das
propostas, a comissão julgadora não detém
o alvedrio de avaliar a
economicidade e vantagem à
Administração fora daqueles lindes. A
proposta vencedora, apesar de
nominalmente mais econômica,
afronta a Lei de licitações. Aplicação do art.
48, § 1º, Lei n.
8.666/1993. É considerada inexequível a
proposta cujo valor seja
inferior a 70% da média aritmética dos
valores das propostas
superiores a 50% do valor orçado pela
administração (art. 48, § 1º,
alínea "a", da Lei n: 8.666/1993), assim
como é considerada
inexequível a proposta cujo valor seja
inferior a 70% do valor orçado
pela Administração (art. 48, §)O, alínea
"b", da Lei n. 8.666/1993).
A maior e primordial garantia de proteção
ao erário é a observância
estrita da legalidade, acarretando a



*desclassificação da empresa que desrespeitou os ditames pertinentes. (...).
NEGARAM PROVIMENTO
AOS APELOS E CONFIRMARAM A
SENTENÇA EM REEXAME
NECESSÁRIO. (Apelação e Reexame
Necessário N° 70070442488,
Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça
do RS, Relator: Laura
Louzada Jaccottet, Julgado em
18/11/2016) (grifo nosso).*

Insta salientar que, conforme já reconhecido, os parâmetros de aferição de preços inexequíveis, previstos nos §§ 1º e 2º do II do art. 48 da Lei nº 8.666/93 aplicam-se a procedimentos licitatórios cujo objeto não seja a contratação de obras e serviços de engenharia, sendo, aliás, compatíveis com a modalidade de pregão.

Não se olvida que à administração incumbe buscar o melhor negócio, contudo, também é certo que não deve correr o risco de firmar contrato que não será adimplido por ser inexequível o preço, o que gerará dano à coletividade.

Enfim, por brevidade, considerando que a adjudicação do objeto à empresa cuja proposta mostra-se inexequível poderá gerar prejuízos à administração, é que devem ser afastadas as propostas apresentadas pelas licitantes na etapa de lances, em homenagem à estrita legalidade e para garantir o melhor interesse público.”

III - DOS PEDIDOS APRESENTADOS PELA RECORRENTE

Ipsis literis.

“a) O recebimento do presente recurso administrativo e, após os trâmites legais, seu integral provimento a fim de que sejam desclassificadas as propostas apresentadas pelas empresas Instituto Excelência Ltda ME, Scheila Aparecida Weiss ME, e Acesse Concursos Ltda, eis que manifestamente inexequíveis, com o consequente prosseguimento do certame apenas em relação às empresas que cumpriram com as previsões do edital e apresentaram propostas de preço respeitando os parâmetros definidos pela legislação vigente, reabrindo-se, assim, a etapa competitiva (art. 48, da Lei 8.666/93);



b)Alternativamente, requer a anulação do presente processo licitatório, sendo publicado novo edital e convocado procedimento para contratação do objeto, com a definição de parâmetros para as propostas e exigência de comprovação da exequibilidade feita expressamente pelo instrumento convocatório;

c)Não sendo este o pronto entendimento da comissão de licitações do município de Modelo/Se, o que não espera que aconteça, mas admite apenas por gosto à lide e amor ao debate, pugna pelo encaminhamento dos autos à Promotoria de Justiça da Comarca para análise e deliberação, bem como, pela produção de todos os meios de prova em direito admitidos.”

IV – DAS CONTRARRAZÕES

A empresa INSTITUTO EXCELÊNCIA LTDA ME apresenta suas contrarrazões, em virtude do recurso interposto pela empresa AIRTON KERBES LTDA ME, alegando que, *ipsis literis*:

“Com relação ao preço inexecutável, tal alegação não pode prosperar, pois não há que se falar em inexecutabilidade da proposta, tendo em vista a natureza da prestação que é peculiar a cada empresa, sendo assim, não a como se precisar qual o preço é executável ou não.

Ainda não bastasse, o recorrente lisa como fundamentação de seu recurso o art. 48 da lei 8.666/93, no entanto esse dispositivo não se aplica ao caso em tela, há vista que esse dispositivo legal refere-se à obras e serviços de engenharia, conforme apresenta a seguir. vejamos *in verbis*.

"Art. 48. Serão desclassificadas:

I - as propostas que não atendam as exigências do ato convocatório da licitação;

(. ..)

§ 1º Para os efeitos do disposto no inciso fl deste artigo consideram-se manifestamente inexecutáveis, no caso de licitações de



menor

preço para **obras e serviços de engenharia**,
as propostas cujos valores sejam inferiores
a

70% (setenta por cento) do menor cios
seguintes valores.'

(...) "(destaca mos)

Logo não há que se fala em inexequibilidade da
proposta apresentada pelos fatos e motivos arguidos pelo recorrente.

Destarte, a licitação tem como escopo, entre outras, selecionar a proposta mais
vantajosa para o órgão ou entidade que pretende contratar. Vejamos o Art. 3º da Lei
8.666/93:

*"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional de isonomia, a **seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.(Grifamos)*

Assim, instaurado o certame licitatório, a administração objetivará, observando os direitos dos licitantes, alcançar a proposta que dentre as apresentadas, melhor atenda seus interesses.

Ressaltamos, ainda que a proposta mais vantajosa foi a recorrida, que conforme (doc. anexo), esta adequada à realidade do mercado, sendo nossa proposta de menor preço entre as previamente classificadas, não podendo ser considerada inexecutável.



Contudo, há que se ressaltar que c processo licitatório em epígrafe, no exigiu das licitantes a necessidade de comprovar na fase de Habilitação, a devida inscrição no órgão fiscalizador da categoria, a fim de que empresa prestadora dos serviços, tenha profissional técnico responsável, pelo serviço prestado, conforme a seguir;

"11.1.11 Certidão de Registro e

Regularidade emitida pelo Conselho

Regional de Administração {CRJ12,

comprovando que a empresa está devidamente registrada no conselho e encontra-se habilitada para o exercício das suas atividades profissionais. /I (Destaca mos).

Desta feita, a licitante ora recorrida comprovou todas as exigências, do ato convocatório, estando habilitada pal-a o desempenho dos serviços licitados.

Destarte, informamos que nunca tivemos qualquer de nossos procedimentos de seleção suspenso ou cancelado por inexecuibilidade, ou qualquer outra inerente a falha na prestação do serviço, entregando todos os contratos firmados com a Administração Pública, o entendimento de Marçal Justem Filho aclara:

"Se o particular puder comprovar que sua proposta é exequível, não se lhe poderá interditar o direito ao exercício de apresentá-la, É inviável proibir o Estado de realizar contratação vantajosa, A questão é de fato e não de direito, Incumbe o ônus da prova da exequibilidade ao particular, Essa comprovação poderá fazer-se em face a própria Administração, pleiteando-se a realização c112 diligência para tanto, Portanto



perfeitamente cabível que o particular defenda a validade de proposta de valor reduzido mas exequível!", (Grifo nosso).

E, ainda:

"A apuração da irrisoriedade de preço se faz em função do caso concreto, Coteja-se o preço ofertado com as estimativas elaboradas pela Administração, Afinal a Administração não pode ser proibida de realizar um bom negócio, É perfeitamente possível que a evolução tecnológica e o desenvolvimento empresarial possibilitem reduções de custo não previstas pela Administração, /I"Alias observe-se que a eliminação de ofertas de valor reduzido pode contrariar, por si só, uma ofensa aos princípios da competição leal, Nurr, sistema capitalista os agentes econômicos são livres para formular propostas. /I (In Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos 10ª. edição-Editora Dialética). "

V – DOS PEDIDOS DA RECORRIDA

A recorrida manifestou os seguintes pedidos, *ipsis literis*:

"Assim, por não restar provada qualquer das hipóteses previstas nos artigos 44, § 3º e 48 da Lei 8.666/93, ou qualquer ofensa às disposições do mesmo diploma legal, requer seja julgado improcedente o recurso interposto, tendo por base o contido nestas contrarrazões no termos da lei 8666/93."



VI – DA ANÁLISE DOS PEDIDOS

A Administração e as licitantes ficam restritas ao que lhes é solicitado ou permitido no Edital, quanto ao procedimento, à documentação, as propostas, ao julgamento e ao contrato. Todos os atos decorrentes do procedimento licitatório, por óbvio, vincular-se-ão ao contrato.

Conforme previsto nas orientações jurisprudenciais e cristalino entendimento doutrinário, SÚMULA Nº 262/2010 do TCU, o critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Neste diapasão, todos os procedimentos foram adotados corretamente, na oportunidade a recorrida apresentou suas contrarrazões, bem como a segunda colocada igualmente apresentou, enviando duas planilhas de custos (docs. Anexos).

Foi solicitado parecer jurídico ao parerista deste município, o qual se manifestou conforme laudo de análise jurídica (doc. anexo).

Por oportuno, atentos aos ditames da Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002 e Edital, cabe a autoridade que autorizou a abertura do processo licitatório a decisão sobre os recursos eventualmente interpostos, submetemos a presente manifestação, acompanhada do processo licitatório e todos os anexos que o acompanham à consideração superior de Vossa Excelência, para julgamento.

Modelo/SC, 01 de junho de 2017.

EDER SCHLOSSER DA SILVA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PREGOEIRO

Recebido em ____/____/2017.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO